



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA  
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MARIANY BARBOSA DA SILVA

**ESTUDO COMPARATIVO DOS PRECEITOS PROPOSTOS POR DUAS  
CORRENTES DE PENSAMENTO: O CASO DA ECONOMIA VERDE E  
AGROECOLOGIA**

SERRA TALHADA – PE

2019

MARIANY BARBOSA DA SILVA

**ESTUDO COMPARATIVO DOS PRECEITOS PROPOSTOS POR DUAS  
CORRENTES DE PENSAMENTO: O CASO DA ECONOMIA VERDE E  
AGROECOLOGIA**

Trabalho de conclusão de curso submetido ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Serra Talhada, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharela em Ciências Econômicas.

**Orientador:** Filipe Lima Silva.

SERRA TALHADA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE  
Biblioteca da UAST, Serra Talhada - PE, Brasil.

S586e Silva, Mariany Barbosa da

Estudo comparativo dos preceitos propostos por duas correntes de pensamento: o caso da economia verde e agroecologia / Mariany Barbosa da Silva. – Serra Talhada, 2019.

24 f.

Orientador: Filipe Lima Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Ciências Econômicas) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Unidade Acadêmica de Serra Talhada, 2019.

Inclui referências.

1. Economia verde. 2. Produção agroecológica. 3. Desenvolvimento sustentável. I. Silva, Filipe Lima, orient. II. Título.

CDD 330

MARIANY BARBOSA DA SILVA

**ESTUDO COMPARATIVO DOS PRECEITOS PROPOSTOS POR DUAS  
CORRENTES DE PENSAMENTO: O CASO DA ECONOMIA VERDE E  
AGROECOLOGIA**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela em Ciências Econômicas da Unidade Acadêmica de Serra Talhada, Universidade Federal Rural de Pernambuco, pela seguinte banca examinadora:

Banca Examinadora:

---

Examinador: Prof.<sup>a</sup> Avani Terezinha Gonçalves Torres  
Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE

---

Examinador: Prof.<sup>a</sup> Camila Pereira Brigido Rodrigues  
Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE

---

Examinadora: Prof. Filipe Lima Silva  
Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE

Serra Talhada – PE, 18 de julho de 2019.

## **RESUMO**

Observa-se neste trabalho a discussão que envolve duas correntes de pensamento ou concepções de análise sobre o desenvolvimento sustentável catalogados a partir de suas referências a modelos econômicos aparentemente distintos, mas inseridos no mesmo sistema econômico, os quais apresentam discrepâncias mediatas entre seus conceitos, à saber, a agroecologia e a economia verde. A partir de tal problemática surge-nos como objetivo geral: Analisar as discrepâncias e convergências entre os conceitos trazidos pelos princípios da agroecologia e da economia verde nos processos produtivos que envolvem pluriatividade, multifuncionalidade e produção de subsistência da agricultura familiar. E enquanto objetivos Específicos: 1) Mapear a estrutura discursiva dos conceitos clássicos de economia verde e agroecologia; 2) Estruturar um marco comparativo sobre sustentabilidade ante aos projetos agroecológicos e da economia verde. As principais características da economia verde são a baixa emissão de carbono, eficiência no uso de recursos e busca pela inclusão social. Paralelamente a esta citada tem-se a agroecologia, uma ciência (e filosofia de vida) cuja principal característica é a produção de alimentos saudáveis e naturais. Tanto a economia verde quanto a produção agroecológica visam práticas que levam ao desenvolvimento sustentável, o que se explica em uma melhor qualidade de vida.

**Palavras chave:** Desenvolvimento Sustentável, Economia Verde, Produção Agroecológica.

## **ABSTRACT**

In this paper, the discussion involves two streams of thought or conceptions of analysis on sustainable development cataloged from their references to apparently different economic models, but inserted in the same economic system, which present mediate discrepancies between their concepts, namely agroecology and the green economy. From this problem we have as a general objective: Analyze the discrepancies and convergences between the concepts brought by the principles of agroecology and the green economy in the productive processes that involve pluriactivity, multifunctionality and subsistence production of family agriculture. And while specific objectives: 1) Map the discursive structure of the classic concepts of green economy and agroecology; 2) To structure a comparative framework on sustainability before agroecological and green economy projects. The main characteristics of the green economy are the low carbon emission, efficiency in the use of resources and search for social inclusion. Parallel to this is agroecology, a science (and philosophy of life) whose

main characteristic is the production of healthy and natural foods. Both the green economy and agroecological production are aimed at practices that lead to sustainable development, which is explained by a better quality of life.

**Key words:** Sustainable Development, Green Economy, Agroecological Production.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pauta-se na necessidade de analisar projetos de desenvolvimento sustentável catalogados em modelos econômicos distintos, tendo como foco central formas de produção agrícola e como os sujeitos do campo, agricultores familiares, podem identificar-se e resistir. Trata-se assim de uma proposta de pesquisa, de cunho qualitativo e exploratório, centrado na necessidade de articular conceitualmente, através do estado da arte das discussões críticas sobre o tema, a forma como a economia verde e a agroecologia discutem em seus paradigmas de desenvolvimento os agricultores familiares.

Busca-se identificar a promessa sustentável tida na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) de um meio ambiente preservado e equilibrado para as gerações atuais e futuras analisando a economia verde e a agroecologia em relação a agricultores familiares caracterizados por fazerem parte dos povos tradicionais, pois o modelo vigente de desenvolvimento econômico deveria articular bem-estar social, empregabilidade e crescimento econômico e não apenas pautar-se em macroindicadores como o PIB e as taxas de emprego, uma vez que as mesmas não se traduzem necessariamente em qualidade de vida e sustentabilidade.

A Economia Verde é definida pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente como “uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz os riscos ambientais e a escassez ecológica” (UNEP, 2015). Suas principais características são a baixa emissão de carbono, eficiência no uso de recursos e busca pela inclusão social.

A Economia Verde propõe-se a ofertar mais empregos, através das vagas de trabalho geradas por investimentos públicos e privados, consumo consciente, reciclagem e reuso de bens, uso de energia limpa e valorização da biodiversidade (MORAES, 2018). Com isso, espera-se que os seus resultados tragam melhor qualidade de vida para todos, e que o bem-

estar social aumente cada vez mais, resultando na diminuição das desigualdades entre ricos e pobres e uma conservação e preservação cada vez maior da biodiversidade, onde fará com que não haja desigualdades nas gerações presentes e futuras.

Concomitante a economia verde tem-se a agroecologia, onde seu principal objetivo visa a produção de alimentos saudáveis e naturais. Podemos defini-la ainda como um conjunto de ações que sistematizam a abordagem da agricultura, seja ela familiar ou não, criando modelos justos, economicamente viáveis e sustentáveis ecologicamente. Para tanto, entre os princípios da agroecologia destacam-se, sobretudo o uso racional de recursos naturais, para que estes não entrem em escassez, e também a utilização de produtos/adubos orgânicos na manutenção de plantações e solos (PENSAMENTO VERDE, 2013).

Há necessidade premente de estudos e investigações que tragam a pluriatividade e a produção de autoconsumo da agricultura familiar quilombola para a seara de estudos em Economia Rural, sobretudo para o ensino superior, essa última, às vezes, não concebida como espaço de construção e articulação de conhecimentos para os grupos marginalizados, priorizando o agronegócio.

Assim, busca-se nesta pesquisa identificar continuidades e discontinuidades das relações sociais que envolvem agricultores familiares de base agroecológica como principal interesse desta pesquisa, uma vez que seus resultados importaram na identificação de gargalos e dificuldades de manutenção e rompimento com o *status quo*, gerando, quem sabe, novas políticas sociais.

A presente análise se mostra relevante para a aquisição e desenvolvimento de competências de maior nível para o estudo das teorias vinculadas à pluriatividade e a produção de autoconsumo da agricultura familiar, bem como, propor construções em diálogo com outras áreas do conhecimento além da economia propriamente dita, como agronomia, sociologia e direito, servindo de aporte teórico e didático à construção do conhecimento sobre o tema aqui proposto.

Tanto as construções que envolvem a Extensão Rural e Novas Ruralidades como as que perpassam as articulações com os Direitos Humanos podem interagir com as discussões que analisam os modelos econômicos, dados estatísticos de desenvolvimento e índices do Brasil rural, sobretudo no meio rural, o que torna a presente pesquisa importante também por ser uma possibilidade de construção coletiva de uma consciência crítica, empoderamento e

resistência da agricultura familiar para a ruptura da estrutura que a enclausura ou invisibiliza e impede de crescer.

Assim, ao analisarmos as relações que se constituem para além de instrumentos de análise econômica propõe-se para os agricultores familiares e gestores de entidades públicas e privadas a possibilidade de despertar e construir metodologias participativas e dialógicas de interação que permitam o estabelecimento de negociações e a ampliação da capacidade de participação popular e paritária sobre sua realidade através da troca de conhecimentos e experiências gerando uma nova concepção de atuação junto ao meio rural que seja eficaz, eficiente, justo e democrático.

Tais leituras iniciais urgem que questionemos na presente delimitação de problema o que se segue: Quais as discrepâncias entre os conceitos trazidos pelos princípios da agroecologia e da economia verde nos processos produtivos que envolvem pluriatividade, multifuncionalidade e produção de autoconsumo da agricultura familiar?

Partindo de tal problemática urge para nós construirmos como objetivo geral: Analisar as discrepâncias e convergências entre os conceitos trazidos pelos princípios da agroecologia e da economia verde nos processos produtivos que envolvem pluriatividade, multifuncionalidade e produção de autoconsumo da agricultura familiar.

Enquanto objetivos Específicos:

- Mapear a estrutura discursiva dos conceitos clássicos de economia verde e agroecologia;
- Estruturar um marco comparativo sobre sustentabilidade ante aos projetos agroecológicos e da economia verde.

Assim, a construção da monografia envolverá elementos e enunciados atinentes à inclusão da população do campo às lógicas de produção, escoamento e comercialização, bem como, trabalhar os mesmos elementos de forma complexa, visando identificar questões invisibilizadas ou marginalizadas, seja em pesquisas como na sociedade, para que, ao trazê-las à tona, possam ser desenvolvidos instrumentos de construção da cidadania e desenvolvimento pessoal.

## **MARCO TEÓRICO**



Tratando dos processos históricos de devastação do meio ambiente, Josué de Castro (1987) apresenta em sua Geografia da Fome que o antagonismo do homem com a natureza teve como principal enredo o enriquecimento inconsequente e que gerou a fome no Brasil, por inabilidade do projeto de colonização que mostrou-se indiferente a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil, ao custo de injustiças sociais e ambientais como um todo, “é a impaciência nacional do lucro turvando a consciência dos empreendedores e levando-os a matar sempre todas as suas ‘galinhas de ovos de ouro’. Todas as possibilidades de riqueza que a terra trazia em seu bojo” (CASTRO, 1987, p. 281).

Santilli (2009, p. 73) aponta para o fato de que, apesar do rico patrimônio biológico e cultural brasileiro, “o modelo agrícola estabelecido pelos portugueses se baseou na monocultura, especialmente de espécies exóticas voltadas para a exportação (como a cana-de-açúcar e o café), no latifúndio e na escravização forçadas dos povos indígenas e dos negros trazidos da África”. Neste interim, sucederam-se ciclos econômicos que maltrataram a terra, devastaram o meio ambiente e que se pautou na concentração de terras nas mãos de poucos senhores e proprietários, marginalizando a agricultura indígena e camponesa. “Os colonizadores pretendiam enriquecer o mais rápido possível, por meio da exploração predatória de recursos naturais e da utilização do trabalho alheio (indígena ou escravo). Tinham como objetivo ‘colher o fruto sem plantar a árvore’ (SANTILLI, 2009, p. 74).

Atualmente, atendo às duas primeiras décadas do século XXI, encontram-se pelo mundo inúmeros processos de resistência a um processo de globalização insustentável que não se apropria da atual escassez de recursos naturais, inclusive a água, observa-se a existência de experiências de transição dos modos de produção convencionais agroquímicos para agriculturas que envolvam além dos aspectos econômicos-produtivos, questões sociais, culturais e educativas, que contribuam para a recuperação do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida das populações rurais implicadas (SILVA, 2013).

Assim, optou-se por uma análise histórica de contextualização social, política e econômica a qual seria insubsistente sem a percepção dos valores sociais que condicionaram o surgimento das estruturas econômicas de produção e pela construção de políticas sociais para o meio rural, uma vez que se buscará identificar os possíveis fenômenos de ruptura ou de reprodução da ordem social.

Mattos e Figueiredo (2006) apontam para outras possibilidades de observar os processos produtivos agrícolas, os quais reclamam em suas discussões a reconstrução do espaço social das relações de produção a partir das organizações de possibilidades de

desenvolvimento que sejam endógenos como possibilidades alternativas de empreendimento econômico, dotados de racionalidade própria, múltiplas, com diversas estratégias produtivas dentro de um contexto histórico, onde seus sujeitos se tornaram protagonistas deste processo.

Propor uma transformação estratégica social e ecológica, contudo, são vários os discursos que transitam na ordem de definir o que seria uma economia sustentável, ecológica e participativa que passam pela inovação tecnológica agroindustrial com mais mercado, contudo, será que o consumismo, ainda que de produtos “verdes” consegue impedir as mudanças climáticas e o esgotamento ecológico? (UNMÜBIG; FÜCKS, 2015).

Observa-se que o neoliberalismo ecológico com a regulação do mercado econômico pelos preços dos produtos implicaria em uma possibilidade “natural” se obter uma regulação da devastação ambiental, podemos ter claros também que caminharemos para uma financeirização geral da natureza, a partir de dela, das construções que envolvem a justiça socioambiental, uma vez que a inovação, restrição, eficiência e suficiência como parâmetros de mercado parecem distanciar-se das vanguardas do que se discute criticamente sobre a sustentabilidade (UNMÜBIG; FÜCKS, 2015).

Assim, os aportes teóricos aqui postos possuem como norte quatro pilares: Direitos Fundamentais, Justiça social, participação democrática e desenvolvimento Rural Sustentável, estando todos articulados e dispostos de forma indissociável como formas de refrear o imperialismo econômico das teorias desenvolvimentistas. Não sendo uma discussão meramente econômica, mas social, política e ambiental que reclamam as posturas dos sujeitos das comunidades e dos grupos sociais, agentes políticos e do Estado propriamente dito.

Assim, partiremos do conceito de economia verde, com base em sua construção histórica mais recente no cenário internacional, por volta do ano de 2008, a qual passou a ter uma influência com maior destaque na Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro no ano de 2012, tendo como principais abordagens: a) a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e b) a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. O conceito de economia verde pode ser então definido como aquela que "resulta em melhoria do bem-estar humano e equidade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica" (UNEP,2011, p.16).

Ainda na ocasião da Conferência Rio+20 foram realizados protestos contra e a favor da economia verde. Críticas pertinentes, tal qual a seguinte pergunta, vieram à tona na época:

"como podemos operar uma transformação social e ecológica radical da economia e da sociedade, em face das crises que se impõem?" (UNMÜßIG; FÜCKS, 2015). Havia controvérsias de como seriam implantados os recursos necessários a este modelo de economia, ressaltando que para o mesmo fluir eram imprescindíveis altos investimentos, inclusive em tecnologia, e em contrapartida não poderia deixar o setor industrial de lado.

Todavia é possível fazer uma interligação entre economia verde e desenvolvimento sustentável, isto posto aquele que "satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades" (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987). Torna-se de fundamental seriedade tratar quão tocantes são as atividades praticadas pelo ser humano, levando em consideração que os recursos são escassos e passando assim pensar de forma racional.

Não obstante foram feitas críticas em relação ao desenvolvimento sustentável, uma vez que o mesmo feria, se assim pode dizer, a sociedade capitalista, em razão de que os sistemas de produção seriam fortemente afetados. Dado o sistema capitalista, este procura satisfazer seus anseios sem muito se preocupar e/ou precaver com questões ambientais, entretanto com recursos naturais. Porém, segundo Silva (2012, p.210), não se quer "transformar nem os estilos de desenvolvimento, como queria Sachs, nem o modelo hegemônico de produção e consumo com base no contexto/problemática socioambiental, mas de implantar uma estratégia de adequação ambiental ao desenvolvimento produtivista".

Tanto a economia verde quanto o desenvolvimento sustentável visam práticas ambientais que resultam na melhoria de vida comum e de modo geral. Por vezes, a segunda confunde-se com a agroecologia, uma ciência que engloba outras ciências e também saberes populares e cotidianos, principalmente de agricultores, quer sejam eles praticantes da agricultura familiar ou não.

Como o termo sustentabilidade já foi até aqui meramente mencionado, cabe agora reservar um espaço para fazer jus e apontar o seu conceito. Sendo assim, Silva (2012, p.730) afirma que:

O debate que envolve a noção da *sustentabilidade* passa pelo ascenso e a popularização do termo *desenvolvimento sustentável*. Por isso, este verbete está bastante relacionado com verbete anterior que aborda o DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Assim, a leitura de um é complementar à leitura do outro, posto que as ênfases são distintas: o primeiro faz uma crítica do desenvolvimento sustentável enquanto discurso apropriado pelo capital na disputa ideológica; o segundo aborda a

sustentabilidade enquanto atributo da agricultura camponesa e em contraponto ao desenvolvimento sustentável.

Por se falar em agricultura camponesa, esta diverge-se, ainda que brevemente, de agricultura familiar, apesar de aproximações terminológicas, pois, segundo Neves (2012, p.35) "a agricultura familiar corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas", enquanto que Costa (2000, p. 116) compreende a agricultura camponesa como sendo:

o modo de fazer agricultura e de viver das famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos por meio da produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação.

Mediante isto, pode-se dizer que toda agricultura camponesa é familiar, porém nem toda agricultura familiar é camponesa. O que difere um tipo de agricultor do outro é, basicamente, a sua inserção no mercado, as políticas públicas intervencionistas e suas técnicas de produção. Neste sentido, Wanderley (1999, p. 13 apud SILVA, 2013) infere que:

A agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um novo contexto socioeconômico próprio destas sociedades, que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicionais; Estas transformações do chamado agricultor familiar moderno, no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas "anteriores", gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa, que lhe permite, precisamente, adaptar-se às novas exigências da sociedade.

Ainda na visão de agricultura familiar cabe-nos discutir a pluriatividade, onde é possível que os agricultores obtenham diversas formas de adquirir renda, uma vez que são praticadas outras atividades rentáveis, sejam agrícolas ou não, paralelamente as executadas no meio rural. Denomina-se como pluriatividade:

A pluriatividade se estabelece como uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; como o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura (BAUMEL; BASSO, 2004, p.139).

Associadamente a pluriatividade encontra-se a multifuncionalidade, na qual é agora perceptível que o meio rural não se consolida apenas em trabalhos rústicos, é possível atribuir a este meio outros processos de trabalho, tais como paisagismo e até uma maneira de expor tradições socioculturais. Assim sendo, a multifuncionalidade poderia ser considerada como o novo rural, onde o campo designa múltiplas funções da agricultura. "No Brasil, a multifuncionalidade vem sendo defendida como instrumento de política pública para o apoio e promoção da agricultura familiar" (CAMARGO; OLIVEIRA, 2012, p. 1710). Acresce ainda Wanderley (1999, p. 8 apud SILVA, 2013) que:

Do ponto de vista do agricultor, parece evidente que suas estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte ainda se baseiam na valorização dos recursos de que dispõem internamente, no estabelecimento familiar, e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro. De uma certa forma, os agricultores familiares modernos “enfrentam” os novos desafios com as “armas” que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo.

Por fim, faz-se necessário mencionar o significado de produção de autoconsumo. Esta tem como objetivo primordial o autoconsumo familiar, onde se produz aquilo que necessita. "A produção de autoconsumo está relacionada ao conjunto do autoconsumo, e também com o mercado para a manutenção da família. Mas, nesse caso, o mercado não está colocado no centro da existência e manutenção da família" (COELHO; FABRINI, 2014, p.73).

Definidas conceitualmente todas as ideias que serão abordadas ao decorrer deste trabalho nota-se que majoritariamente as mesmas abordam uma visão de sustentabilidade e, sobretudo do bem-estar social. Busca-se sempre um meio economicamente mais viável e mais justo para todos, e a agricultura camponesa consiste justamente numa possibilidade de “luta por autonomia e por progresso, como forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação” (PLOEG, 2009, p. 18).

Para isso Ploeg (2009, p. 19) norteia a discussão apontando para uma ótica camponesa de produção e de relação com o meio ambiente peculiar:

baseada numa relação de troca não-mercantilizada com a natureza. Ela somente se insere na troca de mercadorias para vender seus produtos finais. Consequentemente, os circuitos de mercadorias não ocupam papel central na mobilização de recursos. Se não todos, pelo menos a maioria dos recursos resulta da co-produção do ser humano com a natureza viva (por exemplo,

terra bem fertilizada e trabalhada, gado cuidadosamente selecionado e reproduzido, sementes selecionadas).

Também neste sentido, Caporal, Costabeber e Paulus (2006, p. 11) ao tratarem da questão da agricultura camponesa observam que há uma Economia Ecológica:

A agricultura industrial, além de ser dependente e responsável pelo alto grau de deterioração ambiental no entorno (longe ou perto), ou em ecossistemas distantes, é economicamente insustentável se forem internalizados os “custos” das externalidades negativas que gera. Observe-se que não aparecem na contabilidade do empresário agrícola, e sequer do conjunto das cadeias do agronegócio, os custos de externalidades evidentes deste tipo de agricultura, tais como a exportação de macro e micronutrientes, a contaminação da água superficial e subterrânea, a perda de biodiversidade, o assoreamento de reservatórios de hidroelétricas causado pela erosão dos solos resultante do manejo ambientalmente irresponsável, ou mesmo o tratamento de pacientes que foram intoxicados pelo uso de agrotóxicos ou que desenvolveram câncer ou problemas hormonais devido à contaminação sofrida por pesticidas. Nada disso aparece na contabilidade do agronegócio, ainda que alguém tenha que pagar por estas externalidades. Em algumas vezes, quem paga a conta é a sociedade como um todo, nas atuais gerações. Noutras vezes, estes custos recairão sobre as futuras gerações. Na maior parte dos casos que dizem respeito ao meio ambiente, pagarão ambas – as atuais e as futuras gerações –, cabendo ao dono do negócio uma pequeníssima parcela, o que não lhe impede de ficar com a totalidade do lucro.

Por fim, trata a agroecologia, enquanto ciência, de uma busca por superar o conhecimento fragmentário, compartimentalizado, cartesiano, em favor de uma abordagem integrada. Seu conhecimento se constitui, mediante a interação entre diferentes disciplinas, para compreender o funcionamento dos ciclos minerais, as transformações de energia, os processos biológicos e as relações socioeconômicas como um todo, na análise dos diferentes processos que intervêm na atividade agrícola (GUNHUR; TONÁ, 2012, p.62).

## **METODOLOGIA**

A presente metodologia é fruto da construção conjunta elaborada no Grupo De Pesquisa Interdisciplinar de Extensão Rural em Assentamentos com produção de instrumento de pesquisa, coleta e análise de dados realizados de forma coletiva e supervisionada com acréscimos e supressões relativos aos desdobramentos de seus produtos.

A metodologia é a escolha que se faz para responder o problema proposto em uma pesquisa científica. Para tanto, são utilizados métodos, técnicas e materiais que possam contribuir na obtenção de subsídios para respondê-lo, pois, compreende-se que “geralmente é uma parte complexa e deve requerer maior cuidado do pesquisador” (MINAYO, 2001, p. 42). Assim, para atender aos objetivos propostos, seja ele o geral ou os específicos, é necessário classificar este estudo de maneira que identifique o tipo de pesquisa que será desenvolvido.

Trata-se assim de uma pesquisa de cunho qualitativo por ter como objetivo aumentar o nível de familiaridade do pesquisador com o tema através de uma pesquisa bibliográfica de forma sistemática, diversificada e universal (GIL, 2008). A pesquisa bibliográfica apresenta-se com o objetivo de “conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer tipo de pesquisa”. Serve como suporte teórico ao universo pesquisado e foi realizada através da leitura de material já publicado (livros, periódicos, artigos científicos, revistas etc) (KÖCHE apud SEVERINO, 2010, p. 122).

Fez-se então uma revisão bibliográfica a fim de verificar opiniões de autores referentes à economia verde, agroecologia e sustentabilidade como um todo. Na perspectiva da economia verde foram citados tanto os benefícios da mesma quanto, também, algumas críticas existentes na área. Na questão da agroecologia informam-se os processos produtivos a ela vinculada e suas principais características.

O levantamento bibliográfico prescinde da escolha do tema do estudo, ainda que não seja possível elaborar de maneira definitiva seu problema de pesquisa que, segundo Gil (2008, p. 44), “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” para obtenção de construções teórico-conceituais.

No que tange especificamente à necessária parte da pesquisa que possui natureza bibliográfica, optou-se também pelas bases epistemológicas das obras e autores que convergem às perspectivas de análise da Economia Rural como Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Zina Angélica Caceres Benevides, Paulo Eduardo Moruzzi marques, Betty Nogueira Rocha, Eduardo F. Filippi, George Flexor, Osmar Tomaz de Souza, João Ricardo Pererira de Lima e Joacir Rufino de Aquino, que serão apresentados em referências no decorrer do desenvolvimento da monografia.

Propõe-se ainda um viés crítico que acresce aspectos como sustentabilidade, governança ambiental e combate às formas rígidas de engessamento da mobilidade social para

os sujeitos do meio rural embasadas em grandes historiadores, economistas e sociólogos como Josué de Castro, Caio Prado Junior, Darcy Ribeiro, José de Souza Martins, Celso Furtado e José Francisco Graziano da Silva, dentre outros autores, bem como, acessadas leituras e discussões nas disciplinas que compõem a grade curricular do curso de Bacharelado em Economia da Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE, de forma não estruturada.

Após a apresentação da metodologia selecionada para o desenvolvimento da pesquisa, daremos continuidade ao estudo, no qual desvelaremos os resultados obtidos por meio da análise de dados.

## **RELAÇÃO ENTRE O MEIO AMBIENTE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA**

O fato do crescimento econômico estar aumentando cada vez em maiores proporções tem causado o aparecimento de sérios problemas ambientais que podem ameaçar o autoconsumo das gerações futuras e reprodução da vida como conhecemos hoje, tais problemas acabam sendo gerados devido à grande concentração de riquezas nos países do Norte, onde são desenvolvidos e uma grande pobreza nos países do Sul, onde existe lugares que são de autoconsumo, e a realidade de haver conscientização de apenas uma parte da população faz com que o retrato da situação desses países possa talvez não vir a mudar.

A necessidade de erradicar a pobreza traz junto consigo a necessidade de estabilização do clima e do crescimento populacional, que é seguida pela necessidade de restauração dos sistemas naturais da terra, esses três problemas exigem que sejam tratados simultaneamente pelo setor público, que seria primeiro privilegiar os setores mais “verdes” mediante subsídios e incentivos fiscais de modo que os investimentos privados sejam dirigidos a eles, o segundo é estabelecer regras que proíbam o exercício de determinadas práticas ou atividades nocivas ao meio ambiente, e por fim, o terceiro e último é aprovar a regulamentação para determinadas ferramentas de mercado que ajudem na conservação do meio ambiente natural, entre os quais os impostos e direito de emissão.

A apropriação aqui referida trata do pagamento por serviços ambientais que nada mais é do que um mecanismo criado para fomentar a criação de um novo mercado, que tem como mercadoria os processos e produtos fornecidos pela natureza, como a purificação da água e do ar, a geração de nutrientes do solo para a agricultura, a polinização, o fornecimento de insumos para a biotecnologia, entre outros, o que coloca em dúvida a



eficiência da economia verde, tanto no que diz respeito à conservação ambiental quanto à inclusão social, todos nós temos direito a um ecossistema saudável e puro, tanto gerações presentes, quanto futuras.

Uma ação global é necessária para restituir um mínimo de ordem aos mercados mundiais, para dotar o sistema internacional de instituições capazes de garantir uma sinergia entre os esforços de uns e outros, enfim, para estabelecer um sistema de gestão racional do que constitui o patrimônio comum da humanidade. Tal norma de caráter programático deixa claro que é obrigação também do Estado zelar pelo meio ambiente e sua diversidade, e é resultado de um longo processo que inclui a participação cidadã, as políticas públicas em prol da sustentabilidade devem corroborar com um largo processo de conscientização que deve ter seu início na educação ambiental, para que posteriormente possa ser alavancado o desenvolvimento sustentável e conseqüentemente uma solução ambiental, seja ela a economia verde ou qualquer outra que se proponha.

## **MAPEAMENTO DISCURSIVO ACERCA DOS CONCEITOS DE ECONOMIA VERDE E AGROECOLOGIA**

O futuro do mundo depende crucialmente de tratar desde já dos desafios globais, para tanto é necessário criar cada vez mais meios de vidas sustentáveis, erradicar a fome, pois há uma população crescente, e buscar a proteção do meio ambiente. A economia verde é uma maneira de se chegar ao desenvolvimento sustentável, nela estão presentes os três tripés, o ambiental, o econômico e o social.

Os agricultores são parte fundamental para a economia verde, são eles que cultivam para posteriormente alimentar, vestir e produzir outros artefatos para a população. Fazem diretamente o manejo da terra, protegem os recursos naturais e preservam a biodiversidade existente. A única solução para a erradicação da fome no mundo está presente na agricultura, visto que dela advém todos os produtos alimentícios dos quais necessitamos, portanto, investir nesse setor torna-se eficiente, afim de que se preze constantemente por aumentar a produtividade e diminuir o desperdício. Direcionar os agricultores, compartilhar conhecimentos, faz com que a quantidade e qualidade de suas produções sejam acrescidas. Além disso, através de pesquisas feitas, os agricultores podem adaptar-se a padrões climáticos diferentes para que o solo se mantenha fértil, um exemplo é a prática do plantio direto.

Outra proposta ambiental é a agroecologia, uma ciência que agrega diferentes conhecimentos científicos com saberes populares para compor uma nova prática rural. A mesma sugere mudanças nas formas de produção que satisfazem o meio ambiente e também a perspectiva humana, uma produção sem o uso de fertilizantes e a extinção do uso de agrotóxicos.

Uma sociedade mais justa, vista pelo lado econômico, visa uma melhor distribuição de renda. A agroecologia seria uma forma de promover o acesso a terra, gerar um fortalecimento das economias locais, fomentar circuitos de mercado e assim alcançar essa melhor distribuição de renda.

É fato que a produção agropecuária brasileira vem crescendo extraordinariamente, o que enfatiza isto pode estar associado à economia verde e também a agroecologia, pois estas práticas em conjunto beneficiam, cada vez mais, tanto o meio ambiente quanto os seres vivos em geral. Dados mostram que do ano de 1975 ao ano de 2013 a colheita de grãos mais que quadruplicou, tendo valores de 45 e 187 milhões de toneladas, respectivamente. Além disso, outro fator que contribuiu para tal conquista foi que, nesta época, os preços relativos dos alimentos diminuíram radicalmente fazendo com que a população fosse favorecida, elevando o padrão alimentar tanto individual quanto coletivo e, conseqüentemente, o bem-estar. Vale ressaltar que preço relativo é o preço de um bem em relação aos demais (BARROS, 2014).

Sabe-se que o Brasil detém grande capacidade de exportação dos produtos agropecuários, não obstante o país opera de forma concorrencial com outros países. Dentre os itens mais exportados destacam-se soja, milho, café, açúcar, carne de frango e bovina. Sendo assim, pode-se dizer que o agronegócio – relações comerciais e industriais com produtos agrícolas e pecuários – é um segmento fundamental para a economia brasileira.

O motivo pelo qual o agronegócio vem se destacando é devido à abundância de terra, água e sol, fatores essenciais para plantações e criações. Além disso, a categoria ampliou-se através de pesquisas de aprimoramento feitas pela Embrapa e instituições públicas e privadas.

O esforço da pesquisa assentado sobre as características específicas do território brasileiro acabou por produzir pacotes tecnológicos adaptados e responsáveis pela grande tropicalização da agricultura brasileira, que em pouco tempo saiu das áreas temperadas do Sul do Brasil e chegou ao Sul do Piauí e do Maranhão (BARROS, 2014).

É possível perceber que cada vez mais cresce o número de pessoas que estão se mobilizando para poder se obter a sustentabilidade, órgãos governamentais preocupados em

como o mundo poderá estar daqui a alguns anos. Para que a mudança venha a acontecer dentro de uma economia sustentável e verde é necessário que haja investimento, particularmente para o desenvolvimento de novas tecnologias. O estado define as regras internas da economia e portanto, dirige a distribuição dos custos. Um aspecto fundamental neste contexto são as chamadas externalidades. Estas externalidades são efeitos secundários que as atividades econômicas desenvolvem com antecedência, aos quais colocados em prática podem trazer diversos benefícios, podendo elas serem externalidades positivas ou negativas.

## **DISCUSSÕES**

A agroecologia é uma forma de produção biodinâmica que promove um ambiente diversificado, respeitando todas as formas de vida, as interações ecológicas e tudo mais. No entanto, o sistema econômico vigente em maior parte do mundo, o capitalismo, cria uma ruptura com a diversidade sociocultural, visto que este sistema visa tão somente à abrangência e continuidade do capital. Para os “maestros” que regem esse sistema, quanto mais se produz mais se lucra, não se levando em consideração o bem-estar, a qualidade de vida ou quem terá acesso aos “bens” ecológicos.

Dessa forma, Milton Santos (2006) acredita que para que haja uma nova globalização torna-se imprescindível que se inverta os papéis entre o capital e o ser humano, onde as centralidades das ações se voltem para o ser humano e não para o capital. Como sabemos, atualmente, tudo gira ao redor e em função do capital, não importando as consequências de impactos futuros tanto na vida das pessoas quanto no meio ambiente.

Diante deste contexto pode ser questionado qual o papel da agroecologia e da economia verde para uma sociedade mais justa e diversificada? Como resposta tem-se que uma sociedade mais justa leva em conta, numa dimensão econômica, uma melhor distribuição de renda. Mas como se dar essa melhor distribuição de renda baseado nesses dois modelos propostos? Através de uma promoção de acesso a terra, da reforma agrária, do fortalecimento das economias locais, do fomento aos circuitos curtos de mercado. Na dimensão sociocultural, uma sociedade mais justa teria mais respeito à diversidade cultural, diversidade étnica de gênero e geração.

Tomando a mesma linha de raciocínio, Godoy (2012, p. 82) ressalta:

Então se prezamos pela diversidade temos duas opções: favorecer a permanência da agroecologia ou continuar a dar condições para que os dois sistemas (agroecologia e economia verde) possam coexistir, como vimos ser possível (só não sabemos a que custo). O cerne dessa questão é não ter um sistema hegemônico, ou que se proponha a abranger igualmente todo o território mundial. Deixar que as diversidades surjam e sejam cultivadas e consideradas saudáveis. Nada que tenda a homogeneizar, dada a já citada multiplicidade de culturas, geografias, relevos, climas, biomas, etc. pode ser benéfico e justo.

Assim, o centro desta discussão está em não tornar o sistema engessado e oligárquico, pois como citou Marx (1998): “tudo que é sólido se desmancha no ar”. A questão de grande relevância aqui é a valorização da biodiversidade existente e como e quanto a mesma nos favorece, para tanto é de fundamental importância o conhecimento e o acesso a informações.

O desenvolvimento sustentável tem o intuito de mostrar para as pessoas o quanto o meio ambiente está pedindo socorro. O fato do capitalismo ser algo extremamente forte, fez com que as pessoas dessem cada vez menos importância para o planeta, não tendo consciência até então que os recursos naturais uma hora iriam acabar se esgotando. O modelo da Economia Verde contribui para diminuição do impacto ambiental, mas não corrige as falhas de seu processo de homogeneização e casa-se ao modelo de crescimento econômico neoliberal que causa danos sociais e ambientais. Os inúmeros adeptos desta corrente, economia verde, em todas as suas matizes de discussão, acreditam ser “possível” o capitalismo e a sustentabilidade andarem juntos, ou fazer ajustes culturais e de forma de produção ao sistema hegemônico e, como isso, alcançar a tão mal fadada sustentabilidade na qual gerações futuras não sofreram ou terão efeitos reduzidos quanto as consequências causadas pela degradação do ecossistema.

A agroecologia enquanto ciência e modo de vida permite um respeito à diversidade dos sujeitos do campo em suas inúmeras singularidades e possibilidades de ser e viver e propõe um desvencilhar do modelo consumista e ambientalmente nocivo do sistema capitalista neoliberal atual. Já se é possível ver em diversas localidades o quanto a aplicação da economia verde e da agroecologia tem feito diferença no meio ambiente e principalmente na vida das pessoas, famílias passaram a ampliar a sua renda através da biodiversidade. Tudo isso nos mostra que o caminho ainda é muito extenso, entretanto, mesmo sendo um investimento a longo prazo já é possível ver diversos resultados e ter esperanças de que as gerações futuras possam se beneficiar de tudo o que está sendo feito agora, fazendo com que essa desigualdade entre gerações passe a deixar de existir.

## CONCLUSÃO

Observou-se que, ao galgarmos nosso objetivo de mapear a estrutura discursiva dos conceitos clássicos de economia verde e agroecologia, conseguimos apurar para além do verniz ou da superficialidade dos conceitos e alcançar o cerne da discussão sobre sustentabilidade. Assim, nosso questionamento passou a ser o que é sustentabilidade? A quem o conceito serve na economia verde e na agroecologia? E o que se constrói ou lucra com isso?

Em seguida, pautamos nossa busca científica nos discursos e necessidades referentes às diretrizes de sustentabilidade, buscando estruturar um marco comparativo sobre sustentabilidade ante aos projetos agroecológicos e da economia verde e fazendo também um mapeamento discursivo acerca dos conceitos dos dois modelos propostos. Procuramos ainda analisar as discrepâncias e convergências existentes entre os princípios da agroecologia e da economia verde nos processos que envolvem a multifuncionalidade, pluriatividade e produção de autoconsumo.

O desenvolvimento sustentável pauta-se na busca por equilíbrio entre o homem e a natureza para que aquela esteja disponível para as próximas gerações, contudo há formas que se alinham a lógica do capitalismo e outras buscam de forma contra-hegemônica resistir aos processos excludentes das políticas e ações empresariais neoliberais.

Por fim, cabe-nos tentar retomar o objetivo geral e discutir/entender que as questões de multifuncionalidade, pluriatividade, economia de autoconsumo não são objetos de preocupação direta da economia verde, são objetos de preocupação secundária, já na agroecologia essas ordens de discussão são pautas principais, porque elas trabalham com uma complexidade de sujeitos, coisas, produções que acabam envolvendo diretamente e indiretamente este tipo de análise.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMEL, Adriana; BASSO, Luiz Carlos. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, Gisele; CAMARGO FILHO, Maurício;

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Diário Oficial da União, 05/10/1988.

CAMARGO, R. A. L.; OLIVEIRA, J. T. A. Agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: interfaces de uma realidade complexa. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 42, n. 9, 2012, p. 1707-1714.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA, 2006.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Antares, 1987.

COELHO, D. C.; FABRINI, J. E. Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio. **REVISTA NERA**, n. 25, p. 71-87, 2014.

COSTA, F. A. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Tainah Ribeiro Reis. **Agroecologia e Economia Verde**. 2012. Tese de Doutorado.

Universidade Federal de Viçosa.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. In: Conjunto de autores. O Manifesto comunista 150 anos depois. Rio de Janeiro-São Paulo: Contraponto: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MINAYO, M. C. **Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Autores Associados, 2001.

PENSAMENTO VERDE. Conceito e definição de agroecologia. **Pensamento Verde**. São Paulo, 24 jul. 2013. Disponível em: <<https://www.pensamentoverde.com.br/meio-ambiente/conceito-e-definicao-de-agroecologia/>>. Acesso em 11 jan. 2019.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo (org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

SANTILLI, Juliana. Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores. São Paulo: Peirópolis, 2009.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Daniel Leite da. O regime jurídico do assentado pela reforma agrária e o extrativismo. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/10619>>. Acesso em: 22 março 2013.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **Towards a green economy: pathways to sustainable development and poverty eradication**. S. l.: Unep, 2011.

UNMÜßIG, Barbara; FÜCKS, Ralf. **Crítica à Economia Verde**. Rio de Janeiro: Lili Fuhr, 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Tedesco, João Carlos (org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF UPF, 1999.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our Common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.